



Contrato nº 003/2020 **Prestação de Serviços de Sonorização**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, a **CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.791.570/0001-00, com sede na Rua Liberdade, nº 270, na mesma cidade de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por sua Presidente, Vereadora RITA MARIA DE ALMEIDA, brasileira, casada, aposentada, residente na Rua Manoel Batista Marques, nº 38, Centro, nesta cidade, RG nº 12.364.349 (SSP/MG), CPF nº 905.628.956-04, aqui designada CONTRATANTE, e **HELTON ALVES DE ABREU**, brasileiro, técnico de som autônomo, residente na Rua Padre Francisco Rey, nº 43-A, RG nº M-4.634.686, inscrito no CPF sob o nº 596.817.566-49, ora denominado CONTRATADO, ajustam entre si, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO:

Este contrato é firmado com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei 8.666/93, e tem como objeto a prestação, pelo contratado, do serviço de operação dos equipamentos de som da Câmara, para sonorização e gravação das reuniões do Poder Legislativo.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O serviço ora contratado abrange a operação dos equipamentos de som da Câmara Municipal durante todas as reuniões da Câmara (ordinárias, extraordinárias, solenes e audiências públicas), devendo a contratante informar previamente as datas e horários ao contratado. Este serviço visa manter a boa qualidade do som durante as reuniões, a fim de permitir a boa comunicação entre os vereadores, a boa compreensão pelo público presente e uma boa qualidade de som para gravação, para fins de arquivo, elaboração de atas e eventual divulgação e transmissão radiofônica.

2.2. O contratado deverá comparecer à sede da contratante com antecedência mínima de 30 minutos antes das reuniões, a fim de ligar os equipamentos, preparar os microfones, regular e testar o funcionamento dos equipamentos de som. E deverá permanecer até o final das reuniões, após o que se incumbirá de retirar e guardar os microfones, e de desligar os equipamentos.

2.3. As gravações serão realizadas em mídia digital, conforme os recursos técnicos que forem disponibilizados pela contratante, e, se forem realizadas em mídia removível, estas serão entregues à Secretaria da Câmara logo após o término de cada reunião.

RM Almeida



2.4. A execução dos serviços será de responsabilidade pessoal do contratado, mas a disponibilização dos equipamentos para a sonorização e dos materiais a serem utilizados, como as mídias para gravação, caberão exclusivamente à contratante.

3. DA VIGÊNCIA:

Este contrato vigorará pelo prazo de 12 meses, compreendendo o período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

4. DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Pelos serviços profissionais objeto do presente contrato, a contratante pagará ao contratado a importância de **R\$ 2.580,00** (dois mil, quinhentos e oitenta reais), dividida em 12 (doze) parcelas de **R\$ 215,00** (duzentos e quinze reais) cada uma, a serem pagas até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal ou recibo de autônomo. O pagamento da última parcela será feito até o último dia útil do mês de dezembro de 2020.

4.2. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal:

- 1.02.00 – Câmara Municipal / Secretaria da Câmara
- 01.031.0001.2.0003 – Manutenção das Atividades da Câmara
- 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

5. DA RESCISÃO:

5.1. O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pela sua inexecução, total ou parcial, que ensejará rescisão do ajuste, mediante comunicação escrita à outra parte, com as consequências previstas em lei.

5.2. Aplicam-se ainda ao presente contrato os casos de rescisão administrativa previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93, com as penalidades previstas no artigo 87 da mesma lei.

6. DO FORO:

Fica eleito para dirimir quaisquer pendências que possam advir da execução do presente contrato, em atendimento ao § 2º do art. 55 da Lei 8.666/93, o foro da comarca de Andrelândia-MG.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1. O presente contrato é de natureza administrativa, não gerando entre as partes nenhum vínculo empregatício, nem tampouco entre a contratante e eventuais auxiliares do contratado.

Amélia



Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

www.cmbj.mg.gov.br

7.2. O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

7.3. Nos termos do parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93 a contratante realizará a publicação resumida do presente instrumento contrato no prazo ali previsto.

E, por estarem assim ajustados e contratados, fizeram este instrumento em duas vias de igual teor e forma que, depois de lidas e achadas conformes pelas partes, vão assinadas, na presença de duas testemunhas.

Bom Jardim de Minas-MG, 03 de janeiro de 2020.

Rita Maria de Almeida

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Ver. Rita Maria de Almeida – Presidente

Helton Alves de Abreu

HELTON ALVES DE ABREU

Contratado

Testemunhas:

Sermanda Almeida de Santos
CPF: 076638976.22

Ima Maria da Silva
CPF: 033810676-64